

*siliense*, bi-semanário de pequeno formato que circulou também na antiga sede do governo colonial, de abril a dezembro; o *Jornal de Anúncios*, de que saíram sete números, no Rio, de 5 de maio a 16 de junho, hebdomadário vendido a 40 réis o exemplar, com assinatura semestral de 960 réis, anúncios a 80 réis por linha cheia e 40 por linha incompleta, gratuitos para os assinantes, tentativa publicitária prematura, que não logrou êxito; O *Amigo do Rei e da Nação*, que circulou no Rio, entre março e junho, tirando apenas três números; O *Bem da Ordem*, que também circulou na Corte, entre março e dezembro, tirando dez números; e O *Conciliador do Reino Unido*, de José da Silva Lisboa, que surgiu em março.

O primeiro periódico brasileiro a circular sob os efeitos do movimento portuense apareceu no Recife, com a adesão do governador Luís do Rego aos princípios constitucionais. Aproveitando parte do material apreendido da oficina de Catanho e não recolhido ao Rio de Janeiro como fora determinado, e com um tórculo feito na Casa do Trem, montou-se pequena tipografia de que saiu, a 27 de março de 1821, o primeiro número da *Aurora Pernambucana*, orientada pelo governador e dirigida e redigida por seu genro e secretário, o português Rodrigo da Fonseca Magalhães. Pretendia defender junto ao público a causa do Rei e da Nação, “predispondo os povos do Brasil a abraçarem as novas instituições que a augusta Assembléia Nacional está formando em Lisboa, para estabelecer-se a nossa liberdade política, e assegurando sobre inabaláveis fundamentos os direitos da majestade e os direitos da Nação”. Durou menos de seis meses, até 10 de setembro, saindo em quatro páginas de 4º e vendendo-o a 80 réis o exemplar. Continuava o tipo de imprensa áulica: nada do que publicava trazia o timbre brasileiro.

A 1º de junho de 1821 aparecia na Corte o *Diário do Rio de Janeiro*, fundado e redigido pelo português Zeferino Vito de Meireles, que ascendera, na Impressão Régia, de operário a vice-administrador. Aparecendo quatro dias antes do juramento das Bases da nova Constituição portuguesa, isso em nada alterou a sua orientação, desde que a folha era deliberadamente omissa nas questões políticas. Foi, realmente, o primeiro jornal informativo a circular no Brasil. Diário, ocupava-se quase tão somente das questões locais, procurando fornecer aos leitores o máximo de informação. Inseria informações particulares e anúncios: aquelas tratavam de furtos, assassinios, demandas, reclamações, divertimentos, espetáculos, observações meteorológicas, marés, correios; estes tratavam de escravos fugidos, leilões, compras, vendas, achados, aluguéis e, desde novembro de 1821, preços de gêneros. O jornal aparecia até às oito horas da noite e os interessados encontravam na livraria de Manuel Joaquim da Silva Porto e em